

Pronunciamento

Pronunciamento do conselheiro Edson Ferrari, presidente do TCE-GO, na Sessão Plenária de 17/01/2013, reabertura dos trabalhos deliberativos do TCE-GO.

A Sessão Plenária deste 17 de janeiro marca não só a retomada das deliberações do Tribunal de Contas do Estado de Goiás em 2013 como fixa, de modo muito especial, o efetivo início de uma transformação destinada a construir uma importante, senão a mais importante fase da recente história desta instituição.

Refiro-me à reestruturação organizacional do TCE, aprovada pela Resolução Normativa 09/2012 e que traz, em seu segundo artigo, a autorização do Plenário para que a Presidência adote providências para implementar as alterações propostas no anexo daquele documento.

São alterações que redirecionam o Tribunal de Contas do Estado para suas atividades essenciais – foco no controle externo da Administração Pública – mediante adoção de processos modernos, dinâmicos, estruturados e que resultem em eficiência de seus processos organizacionais.

As inovações permitirão o constante aprimoramento do nosso corpo técnico, o desenvolvimento e utilização de sistemas e ferramentas de tecnologia de informação para o desenvolvimento de produtos de melhor qualidade, em um modelo organizacional lógico, claro e dinâmico ao ponto de corresponder, em patamares ideais, à governança institucional e, de consequência, às constantes demandas da sociedade.

Esta reestruturação consolida os trabalhos que já há algum tempo vêm sendo desenvolvidos no âmbito do TCE, como o Redesenho dos Processos organizacionais, o Projeto de Avaliação das Competências, ainda em execução pela Fundação Getúlio Vargas, além das valiosas contribuições representadas pela experiência e capacidade intelectual dos integrantes do grupo que trabalhou para tal desiderato.

Quero gizar que a discussão lastreadora da nova estrutura permeou todas as áreas do Tribunal, recebendo de todas elas, inclusive deste Colegiado, contribuições valiosas, como também foram importantes os diagnósticos oferecidos pelas consultorias para tanto contratadas. Na mesma linha que conduz à evolução institucional de forma integrada e sinérgica, vale mencionar que no plano da estrutura física estamos levando adiante, em ritmo acelerado, a construção da nova sede.

Assim, trago a este Plenário as informações das primeiras medidas já implementadas, a começar por um novo organograma, onde podem ser vistas as inovações, com as novas nomenclaturas e composições dos órgãos superiores, daqueles incumbidos da atividade finalística e aqueles outros, na atividade meio.

Delineada em um modelo gerencial, a nova estrutura da atividade fim do Tribunal passa, com o fim da Coordenação de Fiscalização Estadual, a ser capitaneada pela Secretaria de Controle Externo – à frente da Assessoria Técnica e de Gestão e as

Pronunciamento

Gerências de Controle de Contas, de Controle de Pessoal, de Licitações e Contratos, de Obras e de Serviços de Engenharia, de Fiscalização e, em fase posterior, uma Gerência Especializada para atender a demandas contemporâneas, como o Terceiro Setor e as Parcerias Público Privadas, Avaliação de Políticas Públicas, Fiscalização de tecnologia de Informação e Serviço de Consultas e Recursos. Desta forma, a fiscalização atenderá cada vez mais à especialização em temas como Contas do Governo, Análise Prévia de Editais e Licitações, Fiscalização Operacional, de Edificações e de Infraestrutura, dentre outros.

Como se pode ver, não se trata de mera mudança de nomenclatura ou de simples junção desta ou daquela chefia, mas de novo enfoque e novos e modernos métodos de atuação do Controle Externo, tudo em busca da excelência dos serviços, tempestividade, eficiência e efetividade.

Merece destaque a criação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, que cuidará do fomento, coordenação e acompanhamento do planejamento estratégico do Tribunal de Contas, contemplando as áreas de gestão de projetos e processos, planejamento estratégico e inteligência organizacional e tecnologia da informação.

Também devo por em relevo, ainda que de forma bastante sucinta, para não abusar da atenção dos senhores e senhoras, o novo status da nossa Ouvidoria, desligada da Corregedoria e com atribuições ampliadas; um novo perfil para o Instituto Leopoldo de Bulhões, com diretrizes de educação corporativa, de planejamento e desenvolvimento pedagógico, conhecimento organizacional e documental, educação continuada e presencial, além de capacitação dos jurisdicionados e da sociedade; a criação da Gerência de Gestão de Pessoas, de Administração de Pessoal e de Avaliação de Desempenho e de Desenvolvimento de Políticas de Recursos Humanos, dentre outras gerências e serviços abrangidos pela Secretaria Administrativa; novos serviços, gerências e atribuições a cargo da Secretaria Geral, inclusive aquelas próprias de Jurisprudência e Consolidação Normativa e uma inovação de há muito reclamada: um sistema de monitoramento das decisões do Tribunal, para garantia de sua efetividade.

São novos modelos, novos paradigmas e novos desafios que, irmanados no mesmo propósito, o de bem servir ao Estado e à sociedade, com trabalho contínuo, determinação e seriedade, haveremos de vencer.

Muito obrigado!